

MOACYR DE GOES

APONTAMENTOS
para um
ESTUDO
sobre
EDUCAÇÃO

Natal — 1953

Jo amigo

Manuel Rodrigues

cordialmente

Paço de Juss

Natal (Boitata)

maio. 53

MOACYR DE GOES

APONTAMENTOS
para um
ESTUDO
sobre
EDUCAÇÃO



(Tese aprovada no I Congres-
so Estadual dos Estudantes)

AO MEU PAI —
homem de bôa-vontade que
não teve a Páz prometida

IDALIA DE GOES :

Minha Mãe e Amiga,
dedico-lhe este livro.

APRESENTAÇÃO

Testemunhando desacêrtos lamentáveis que ameaçavam o êxito do Primeiro Congresso dos Estudantes do Rio Grande do Norte, entendi ser do meu devêr colocar-me à disposição da juventude colegial e universitária ali desentendida, para uma tentativa no sentido do restabelecimento da ordem dos trabalhos e da recuperação das garantias do sucesso que deveria corôar aquele importante certame.

A isto me levaram principalmente motivos de ordem sentimental, pois inúmeros e bons amigos contava em ambas as correntes que ali esterilmente se entrecrocavam.

A aceitação dos meus ofícios, e o maior contacto pessoal daí resultante, estreitaram ainda mais as minhas relações com Moacir de Gois, um dos principais dirigentes da entidade patrocinadora do Congresso, a Associação Potiguar de Estudantes.

Não posso a outra coisa atribuir a distinção com

que agora me honra, traduzida no convite para apresentá-lo ao público, notadamente aos nossos meios pedagógico e intelectual, ao lhes oferecêr, nesta "plaque", este excelente fruto do seu trabalho, da sua cultura e da sua inteligência, senão àquela interferência, que me pôz, como haveria de acontecer, malgrado meu contrário e sincero desejo, numa relativa e fugaz evidência.

O autor deste trabalho é um dos mais prestigiosos líderes da mocidade estudiosa contemporânea em nossa terra. Investido de altas responsabilidades na direção da APE, tem-se, no perene movimento de sua classe, revelado portador de um grande e consciente dinamismo, sem alvoroço nem afetação. E graças a esse dinamismo, vem contribuindo admiravelmente para o êxito dos diversos empreendimentos a cuja frente se põe a sua entidade estudantil.

Desses, nenhum, sem dúvida, deixou sinal mais profundo do que a Primeira Semana de Estudos Sociais do Estudante, na qual a sua figura sobressaía dentre as de todos os seus companheiros, numa prodigiosa atividade atestada por uma verdadeira onipresença. Efetivamente, encontrávamos invariavelmente Moacir de Gois, polido, sereno, seguro de si, onde quer que se fizesse necessária qualquer providência dos organizadores daquele certame.

Foi aí que com ele travei conhecimento pessoal, muito embora já o seu nome guardasse desde os debates em torno da exploração do petróleo nacional, os quais acompanhou com interesse e nos quais interferia patrioticamente.

A ele é devida, inegavelmente, a parte maior do sucesso obtido pela Primeira Semana de Estudos Sociais

do Estudante, que teve o prestígio com que foi cercada pelo nosso meio intelectual correspondido pelo interesse da numerosa classe estudantil de nossa terra.

Ligado a essa prestigiosa classe, já por contactos dessa ordem, já pelo contacto diário que o magistério proporciona, não poderia deixar de ter despertada a minha sensibilidade diante das incompreensões, dos desentendimentos, e da conseqüente desordem que inicialmente cercaram os trabalhos do Primeiro Congresso dos Estudantes. Neles interferindo com o fim de contribuir para a superação daquelas dificuldades, vi estreitados ainda mais os laços de mútua simpatia que me ligavam aos principais dirigentes da APE, e particularmente a Moacir de Gois.

Modestamente denominou o autor ao seu trabalho, que foi uma das teses, a mais brilhante, apresentadas e discutidas naquele Congresso, "Apontamentos para um estudo sobre educação". Não temos aqui, porém, apenas apontamentos. O que, de fato, Moacir de Gois submete à apreciação do público é um trabalho sério, de acentuada penetração, onde, à investigação cultural, empreendida num plano de grande relêvo, corresponde um vibrante entusiasmo juvenil e uma sadia preocupação cívica.

Antes de ser uma revelação, é esse trabalho uma sensível e positiva afirmação de inteligência e de cultura, que nos assegura, no seu jovem autor, a presença de uma figura a quem a nossa terra poderá cobrar, e haverá de fazê-lo inevitavelmente, muitos e mais assinalados serviços.

E' o que se verá, da leitura dos seus substanciosos e vivos "apontamentos".

Rivaldo PINHEIRO

INTRODUÇÃO

"Os que aspiram à tranqui-
lidade andaram mal em nascer
no nosso século".
Leon Trotsky

I — Somos de uma geração que já perdeu o idealismo lírico; que já não tem mais a vã esperança de reformar o homem e a humanidade em suas naturezas e em seus destinos por simples atos de vontade; que reconhece não significar em sua vocação histórica um Josué bíblico.

Igualmente, não somos ainda a geração do Desespero, a geração possuída da doença mortal de que nos fala Kiergkard. Somos, antes, a geração fronteiriça; a geração de um limiar de época; a geração que se vê lançada abruptamente à vida, sem uma preparação amadurecida, ainda tendo nas mãos o lapis e o caderno da escola, e na imaginação versos brandos de poetas românticos — mas, cujos ombros se acham dolorosamente curvados sob o peso da responsabilidade da hora presente. Cêdo nos apercebemos que somos a geração votada ao sacrifício; que trazemos como vocação e fim a necessidade de luta — se não quisermos seguir o exemplo de nossos pais, que avolumaram os seus erros aos de seus avós.

Não aspiramos à tranquilidade. Eis a razão de nossa presença, na tribuna de um Congresso, que é um ambiente de luta, de entrecchoque de ideias de tendências diversas. Este é o clima propício à nossa geração, consciente de sua vocação e de seu papel histórico e que busca no estudo e nas experiências da vida a Verdade que reconduzirá o homem ao seu “enderêgo perdido”.

11. ARISTOTELIS
OPUSCULA

Definitio fit per genus pro-
ximo et differentiam especifi-
cam.

ARISTÓTELES

II — A lição vem da História: todas as vezes que se pretende reformar o mundo, ou impulsionar o homem para um novo caminho, se recorre à educação. A educação é a porta por onde o homem caminha para um mundo novo. Na educação está o primeiro passo para um movimento de reforma. A mesma arma tem sido usada através dos tempos: os pescadores da Galiléia, para pregar o Cristianismo; Rabelais, Montaigne e Rousseau por um Renascimento; Tolstoi e Helena Key por um Individualismo; Marx e Engels por um Socialismo — todos estes movimentos que abalaram a estrutura social de então, tiveram sua origem, seu preparo, na educação. O tratamento que se dispensa à educação se reflete nas ações e nos destinos dos povos, determinando-lhes a vida e o futuro.

Encontramos, em Teobaldo Miranda Santos, quando traça o rumo para a história da educação, que os povos mais primitivos se preocupavam em transmitir às novas gerações uma doutrina sagrada, em cujo conhecimento e prática consiste a sabedoria. Este é ainda o traço dominante dos regimes educacionais indú, egípcio, chinês, hebraico e persa. Por essa época, a cultura, com um caráter material, era um fim em si mesma, tinha um valor próprio e substantivo.

Mais tarde, no Ocidente, com a educação grega e romana, origina-se o humanismo pedagógico delimitando a chamada era da Antiguidade Clássica.

O ideal educativo grego foi alcançar o aperfeiçoamento da personalidade através do conhecimento. Esta cultura de caráter formal originou-se nos poemas de Homero (Iliada e Odiseia) e continuou e aperfeiçoou-se com Pitágoras, Sócrates, Platão, Aristóteles e Xenofonte.

A cultura romana nascida da Lei das XII Tábuas, visou o aperfeiçoamento do Estado e cultuou principalmente o Direito. Marco Porcio Catão, Terêncio Varrão, Cícero, Sêneca, Plutarco e Quintiliano (este que foi o maior teórico da educação romana é considerado um precursor da pedagogia moderna) — são os mar-

cos pelos quais podemos acompanhar o desenvolvimento do humanismo romano.

O cristianismo reformou profundamente a pedagogia. Suas grandes conquistas foram o fundamento democrático da igualdade entre os homens e o da fraternidade universal, duas verdades desconhecidas pelo então regime educacional classista, aristocrático e regionalista. No desenvolvimento do cristianismo pedagógico diferenciamos quatro faces —

1 — A Educação Apostólica exercida pelos apóstolos de Cristo, de caráter essencialmente doméstico, numa época em que havia ausência de escolas.

2 — A Educação Patrística, limite do início do transcendentalismo pedagógico da Idade Média, visou a conciliação da cultura greco-romana com os ideais educativos do cristianismo. A filosofia patrística, essencialmente platônica, recebe de Clemente de Alexandria, Orígenes, São Basílio, São Jerônimo, São João Crisóstomo e Santo Agostinho, grande difusão.

3 — A Educação Monástica, teve o grande mérito de preservar a cultura antiga e utilizá-la como meio educativo no período de convulsões sociais, lutas políticas, invasões de bárbaros. Nessa era terrível, os mosteiros foram os repositórios de toda a cultura e Carlos Magno, Alfredo o Grande, os Othons, Boécio, São Bento, Cassidoro, São Gregório Magno, Santo Isidoro de Sevilha, Beda, São Bonifácio e Alcoino, foram os guardiães que a preservaram da selvajaria.

4 — A Educação Escolástica. Por Escolástico entende-se o sistema filosófico aristotélico-tomista empregado por um método especial de exposição e ensino, o silogístico. Esse movimento intelectual, que se estendeu do século XII à Renascença, significa a síntese da pedagogia tradicionalista e da pedagogia humanista. Dessa época datam as Universidades notáveis principalmente pelo reconhecimento e defesa do primado dos valores espirituais e dos direitos inalienáveis da pessoa humana. Os educadores medievais foram Gerberto, Santo Anselmo, Abelardo, Vicente de Beauvais, Santo

Alberto Magno, Rogério Bacon e Santo Tomás de Aquino — o último considerado um dos precursores da pedagogia de nossos dias, por estimular a atividade espontânea e criadora da criança, em seu método educacional. Paralelamente à educação escolástica, desenvolveu-se a educação leiga feudal, caracterizada pelo espírito da cavalaria. A rudeza e violência dos costumes e regime feudais foram suavizados pela educação cavaliheiresca. Ainda na Idade Média, a educação islâmica desenvolveu-se brilhantemente, embora sem originalidade. El-Farab, Avicena e Averrois são os filósofos dessa civilização.

O Renascimento no século XV determinou o fim da Idade Média. A orientação pedagógica foi profundamente alterada, guiando-se para uma renovação, quer dos estudos, quer dos ideais da cultura greco-romana. Foram caracteres essenciais desse regime educacional: crítico e polêmico em relação à cultura escolástica; naturalista e humanista; individualista e liberal; aristocrático e particularista; intelectualista e formalista". O Renascimento, além da tão propalada volta aos antigos, trouxe ainda a renovação do ensino superior e a criação de escolas e bibliotecas. Encontramos em Rabelais e Montaigne, grandes educadores dessa época de brilhantismo intelectual, — o primeiro, apesar da visão humanista, já é um prenúncio do realismo pedagógico; e o segundo, revolucionou a pedagogia de então, formando o educando verdadeiramente para o seu meio e para o seu tempo. Vitorino de Feltre, Erasmo e os Jeronimitas, são educadores dessa época.

A reforma luterana do século XVI, que determinou o rompimento da cultura cristã no campo religioso e moral, trouxe a ideia do estatismo pedagógico preconizando a escola obrigatória. Se foi falha quanto à originalidade de suas teorias educacionais, a Reforma deu, no entanto, grandes mestres, entre eles Lutero, Melancton, Trotzford, e João Sturn.

A' Companhia de Jesus, coube, em grande parte, a missão do ensino contra-reformista. Os jesuitas, alian-

do a cultura científica de seu tempo ao pensamento escolástico medieval, asseguraram em vasta área do globo a continuação do ensino cristão segundo as normas e orientação de Roma. Grandes educadores e inteligentes políticos, os jesuitas não trancaram suas ideias nas gavetas das escolas; pelo contrário, as estenderam no domínio da literatura com Bossuet, Fenelon, Mme. de Maitenon, São João Batista de La Salle.

Com os jansenistas — que reagiram contra o formalismo pedagógico de sua época, através os escritos de Nicole, Arnauld, Quesnel, Pascal, La Fontaine e o Abade de São Cirano — termina o período do Neo-Humanismo Pedagógico, que se estendeu pelos séculos XV, XVI e XVII.

O período seguinte é o chamado Naturalismo Pedagógico, que aprofunda suas raízes no Renascimento, apresenta forma definida com Descartes e Bacon, mas é somente exposto sistematicamente no século XIX. Ensina-se, então, que “o homem é um produto da natureza através da evolução”; assim nada mais significa que um animal evoluído. Eis a razão de, nessa época, as ciências naturais serem a base de toda cultura e a biologia a ciência fundamental do homem. No Naturalismo Pedagógico (séculos XVII, XVIII e XIX) distinguimos as educações realista, disciplinar, pietista, naturalista, filantropista, revolucionária, psicológica e científica.

A Educação Realista nasceu do racionalismo de Descartes e do empirismo de Bacon; preconiza a primazia das ciências físicas e naturais sobre as linguas e literaturas antigas e opõe-se à filosofia medieval, ao método escolástico e ao formalismo humanista. Wolfgang Katke e Comênio são seguidores dessa corrente de orientação realista.

Em Locke originou-se a educação disciplinar, baseada na capacidade ou habilidade do educando e sua posterior utilização em uma atividade.

A Educação Pietista é uma corrente do luteranismo alemão e constituiu uma reação contra o formalis-

mo sêco da tradição reformista. Francke, Heker e Semler são fundadores de escolas que por suas feições avançadas podem ser consideradas precursoras das atuais escolas industriais.

A Educação Racionalista, baseada no racionalismo cartesiano, foi “iluminista”, cética e aristocrática. Já a Educação Naturalista de Rousseau, influenciada por Locke, Rabelais e Montaigne, apresenta-se nos sentimental, otimista e democrática. Apesar de distanciadas nas origens, as pedagogias racionalista e naturalista visavam o mesmo fim: combater a Tradição, a Igreja e a Autoridade, em nome do Sentimento e da Razão. Dessa nova concepção do universo e da vida, resultaram, segundo Teobaldo Miranda Santos: “o relativismo religioso, o pragmatismo moral, o individualismo político, o liberalismo econômico e o subjetivismo filosófico”.

As ideias pedagógicas de Rousseau foram aplicadas à prática por João Bernardo Basedow, na chamada Educação Filantropista.

A Educação Revolucionária, em pedagogia, teve por fundamento proclamar a liberdade de ensino. E, apesar de ter agido apenas teoricamente no campo da educação primária, criou instituições de real valor como o Museu, a Escola Politécnica e a Escola Normal. Daí Durkheim afirmou que “a Revolução antes proclamou princípios teóricos do que criou realidades”. Os caracteres dessa era pedagógica são a revolução, o estatismo, o realismo e o laicismo; e Mirabeau, Talleyrand e Condorcet, são as figuras marcantes.

A Educação Psicológica origina-se em linha reta do naturalismo romântico de Rousseau, aliado à influência filosófica de Kant, Fichte e Hegel. Pestalozzi, Herbart e Froebel são seus expositores.

A Educação Científica dividiu-se em duas correntes: o positivismo de Augusto Comte, e mais Renan, Claude Bernard, Taine, Littré e Le Dantec e o evolucionismo, de Spencer com Stuart Mill e Darwin. Ambos os movimentos decorreram do extraordinário de-

perfeito, mais de acordo com o meio ambiente, mais feliz. Daí agruparmos neste trabalho as seguintes definições: para Steine a educação tem por fim “o desenvolvimento harmônico de todas as faculdades do homem”; para James Mill a educação tem por fim “fazer quanto possível do indivíduo um instrumento de felicidade para ele e para os seus semelhantes”; para Stuart Mill a educação compreende tudo que nós fazemos e tudo que os outros fazem para nos aproximar da perfeição da nossa natureza”; para Kant, “desenvolver cada indivíduo em toda a perfeição que ele comporta, tal é o fim da educação”.

O BRASIL E A EDUCAÇÃO

As nossas soluções não têm
passado, no geral, de realiza-
ções espalhafatosas para se
encobrirem realidades desas-
trosas.

Álvaro de Oliveira Machado

III — No Brasil a educação nasceu com os jesuitas. Apesar da hostilidade do meio e da época, desenvolveu-se com intensidade, pois, no governo de Pombal, quando se deu sua expulsão, os religiosos já se haviam radicado em “25 residências, 36 missões e 17 colégios seminários, sem contar os seminários menores e escolas de ler e escrever”, numa estatística de Fernando de Azevedo.

Com a vinda de D. João VI, a educação recebeu um caráter utilitário e profissional, para o serviço do reino. No Império, as reformas pedagógicas não se substanciam numa base equilibrada e a política educacional é amorfa. O certo é que, até a guerra de 14, o ensino no Brasil estava atado a uma mentalidade intelectualista, livresca e acadêmica. De 1927 para cá, com as reformas de Francisco Campos, de Fernando de Azevedo, e a criação do Ministério de Educação e Saúde, depois da revolução de 1930, é que o problema do ensino passou a ser encarado com mais seriedade e estudado mais racionalmente.

Legítima conquista das democracias do século XIX é o direito à educação. Quando, na antiguidade, Aristóteles, em sua obra “A Política”, reivindicava para o povo de Atenas este direito, naturalmente que povo, em sua acepção, num reflexo da mentalidade da época, era constituído apenas dos homens livres da Grécia. Até mesmo no revolucionário século XVIII o democrático e humanitário Rousseau afirmava ainda que os pobres não necessitavam de educação. Entre nós, bem cedo, o direito à educação se revestiu de dignidade constitucional. A Carta Magna Imperial de 1823, em seu artigo 179, assegurava que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”.

Numa afirmação de amor aos belos princípios, fomos um dos primeiros povos a consagrar em texto constitucional a conquista popular do direito à educação; igualmente, numa afirmação de nosso desleixamento pelas Constituições, e da irresponsabilidade de nossos governos, somos um dos últimos povos que ainda mantêm na ignorância e no analfabetismo 92% das crianças de 7 a 14 anos, das zonas rurais.

A atual Constituição, de 18 de setembro de 1946, desenvolve e mais concludentemente afirma o exposto na de 1823. São princípios assegurados: "A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola"; "o ensino primário é obrigatório"; "o ensino primário oficial é gratuito para todos"; "o ensino oficial ulterior ao primário se-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos"; "As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes"; "as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores" (Artigos 166 e 168).

Completando o preceito constitucional, o Código Penal Brasileiro (Decreto Lei n. 2848 de 7-12-1940), na parte referente aos "crimes contra a assistência familiar", legisla em seu artigo 246: "deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filho em idade escolar: Pena: detenção de 15 dias a 1 mês ou multa de 200\$ a 500\$".

Assim, o problema da educação no Brasil parece magnificamente resolvido. Os nossos sábios legisladores e os nossos justos homens do Direito, resolveram a complexa questão escrevendo num papel, quasi por todos desconhecido, que "a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola"; e também escreveram em um outro papel, ainda mais desconhecido, a penalidade para os faltosos, para os retrógrados, para os pais de horizontes limitados e que não ministrem educação aos filhos. Depois desse exaustivo trabalho, legisladores e homens do Direito enxugaram o rosto, descansaram as mãos, sorriram e disseram "ite, missa est; Deo gratias". A questão do ensino estava resolvida; o problema solucionado; quem duvidasse, que fosse ver a Constituição e o Código Penal. Descansaram, legisladores e homens do Direito, e ficaram à espera dos justos lugares na História.

Colega Presidente, colegas Congressistas:

Não estou contando histórias de Trancoso; estou revelando a realidade brasileira. Aqui se legisla sem querer saber para quem se legisla, sem querer saber das condições sociais, o meio, a ambiência, o nível de vida.

Preceitua-se na Constituição que a educação é direito de todos e será dada no lar. Sabem os legisladores o que é, em geral, um lar no Brasil? Um nível médio dos lares, nas diferentes classes sociais, é certamente o "cortiço". Numa extrema estão os lares de homens de grandes fortunas: altos políticos, industriais, latifundiários; na outra extrema, a miserabilidade: caboclos, no alto do Amazonas, comendo peixe cru; nordestinos sem casa, morrendo na retirada das sêcas, o moinho afundado no mangue pódre do Recife. Uma média aritmética desses dois ambientes apontará o "cortiço", estranha habitação que prolifera, em geral, nas periferias das cidades, agrupando uma humanidade que vive à margem da vida. Assim, para os habitantes do cortiço, principalmente, é que foram escritos o Código Penal e a Constituição. Sabem os legisladores o que é um "cortiço"? Noêmia Nascimento Gama faz uma boa descrição dessa modalidade de habitação: "O cenário é sempre o mesmo. Uma cama ou duas, para o marido, a mulher, os filhos, e ainda uma irmã ou irmão que participa dessa tragédia; a mesa, um caixão; latas substituindo as panelas. Os trapos, os andrajos que os vestem confundem-se, amontoados sobre as camas, substituindo as cobertas na hora do frio e do sono. A mãe, esteio do lar, cozinha a miséria e disfarça a fome dos filhos, com sôpas magras, café e pão. Cozinha, lava os trapos e raramente as crianças. A água é comum a todos, num tanque em que corre da torneira um fio que mal dá para matar a sede". Depois, os filhos ficam sozinhos: pai e mãe saem à procura do pão de cada dia. A desnutrição abre caminho para a tuberculose. A costumeira ausência da Saúde Pública. A morte. E maior sofrimento para os filhos que ficam vivos, esmolando,

desfilando pelas ruas as suas misérias e espelhando as nossas próprias e íntimas misérias. “Falar em educação no lar, nessa gente sem lar, é mentir, sofismar, iludir”.

Já que é utópia a Constituição da República, no que se refere à Educação no lar, uma vez que a maioria dos lares brasileiros não oferecem as condições mínimas indispensáveis, a criança espera pela idade escolar. Diz a Constituição é direito de todos e será dada na escola. Há 130 anos que as Constituições e os governos afirmam que a instrução é gratuita a todos os cidadãos; e mesmo antes, já Martin Francisco (“Memória sobre a Reforma dos Estudos”) em 1815, escrevia que “a instrução pública é um dever do soberano”. Então a criança procura a escola. Encontra-a? Aí estão as estatísticas: 92% das crianças de 7 a 14 anos das zonas rurais, são analfabetas por falta de escolas. Nas zonas rurais brasileiras, onde vegetam 6.600.000 crianças de 7 a 14 anos, menos de 500.000 dispõem de escolas primárias, ficando mais de 6.000.000 de crianças à espera de escolas. Nas cidades, apesar de relativas melhores condições, ainda contamos com 1.300.000 crianças de 7 a 14 anos, em irremediável analfabetismo, por falta de escola.

A desorientação governamental, ou antes, a pouca visão, a cegueira, a incompetência, a ignorância dos nossos homens públicos nos levam a uma situação de precipício, nos tragando alucinadamente em sua voragem. Somos reconhecidamente uma nação agrícola, dada a nossa posição geográfica, nosso território, nosso sistema de imigração e tantos outros fatores por demais conhecidos — somos uma nação agrícola, repetimos, e no entanto, no fim de 1949 (1) contávamos, em todo território, com a irrisória estatística de 28 escolas de ensino agrícola (curso médio). Em discursos bombásticos e vãos, fala-se em aumentar a produção, baixar a carestia da vida, evitar o êxodo das populações rurais e, na realidade, deixam-se ao inteiro desamparo essas áreas produtoras, entregues à ignorância, à miserabili-

dade e à doença. Teimamos em não sair do círculo vicioso:

- 1 — Não temos produção, por falta de educação
- 2 — Não educamos, por carecermos de dinheiro
- 3 — Não dispomos de dinheiro, porque não produzimos.

A esta altura, o brasileiro já se convenceu de que a agricultura é uma atividade ruínosa, pois o “Estado não só tem abandonado as populações rurais a técnica atrasada, como permitido a especulação (exploração dos produtores pelos intermediários das cidades) em detrimento exclusivo do produtor”, num depoimento de Alvaro de Oliveira Machado.

Depois da Revolução de 1930, se acentuou no país a rota para a industrialização. Mas, parece que a nossa industrialização vai ser “sui generis”, pois, o governo não está preocupado em formar técnicos, nem incentivar esses estudos; segundo as estatísticas do Ministério de Educação e Saúde, já citadas, contamos, apenas, com 201 escolas industriais em todo o território nacional.

Da quase inexistente educação rural para a frouxidão do ensino industrial vagueia a amorfa política pedagógica do governo, sem orientação, sem visão, sem programas, deixando todos sem esperanças de progressos, e a nação na ignorância e no analfabetismo. De fato, não há motivos para vãs esperanças. Somente com professores se pode educar um povo na cartilha e nas quatro operações. Mas, no quadro geral da educação brasileira, o ensino pedagógico é talvez, o mais esquecido, o mais relegado. É inacreditável a desesperadora lentidão do progresso (se se pode chamar progresso) dessa educação. Há três anos atrás, confessava o Dr. Murilo Braga, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: “em 1932, 27.000 estudantes frequentavam o curso de pedagogia, em 1946 apenas 28.578 alunos estavam matriculados no referido curso”. Consideremos o aumento de população brasileira, nesses 14 anos, em que quase se conservou inalterável o quadro

de alunos do curso pedagógico, e chegaremos à mesma conclusão shakespereana: “há alguma cousa de pôdre no reino da Dinamarca”. Quem vai fazer o milagre de educar sem professores? de dar saúde, sem educar? de produzir, sem educar? de promover o bem estar social, sem educar?

Aos responsáveis por este estado de cousas e que ainda nos veem falar dos benefícios da educação, de produção, e de bem estar social, nós só lhes podemos dar em resposta os qualificativos de irresponsáveis e desonestos.

Apesar de ser mais gritante e mais urgentemente necessária a solução do problema do ensino primário, não são, porém, poucos nem raros os males e deficiências do ensino secundário. Somos, ou há bem pouco tempo já fomos, vítimas da desastrosa orientação desse ciclo da educação. Insuficiências de estabelecimentos de ensino secundário (apenas 1.205 em todo o território nacional); programas enciclopédicos, humanamente impossíveis de serem assimilados no tempo aprazado e disso decorrendo lacunas na formação intelectual; a grande maioria de estabelecimentos sem aparelhamento necessário, como, por exemplo, gabinetes para o estudo de Química, Física e História Natural; gravadores para as aulas de línguas, modernos e racionais métodos para o estudo de História e Geografia, etc., etc....; insuficientes matrículas nos estabelecimentos oficiais e preços exorbitantes de taxas e mensalidades nos ginásios e colégios particulares; inexistência de bibliotecas especializadas nos estabelecimentos de ensino; livros necessários ao estudo, somente adquiridos a preços elevadíssimos; falta de incentivo e ambiente de estudo nos ginásios, colégios e agremiações estudantis; desinteresse e incompetência de professores — estas são apenas algumas facetas do problema do ensino secundário, que todos nós testemunhamos diuturnamente e cuja principal consequência é a deficiente formação intelectual que se vem notando nos concluintes do ciclo secundário. Lembramos as palavras de Ruy — “A instrução se-

cundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para o receber”.

Mas não param aí a desorganização e a deficiência do ensino no Brasil — o seu coroamento está no abandono a que o governo relega a educação universitária, o que levou Josué de Castro a afirmar, em “Documentário do Nordeste” que o ensino primário tem tido um maior desenvolvimento (!). Além disso, escreve o autor de “Geopolítica da Fome”: “a universidade é outra cousa, do que nós temos no Brasil afora, com este rótulo e esta fachada é apenas escola técnica superior”. E adianta: “E’ culpa de nosso ensino universitário, o rebaixamento moral das profissões liberais. E’ preciso despertar na consciência dos intelectuais em geral, e dos próprios profissionais, uma reação que evite chegar a medicina a transformar-se num simples artifício de curar sintomas, e ficar toda a grandeza das ciências jurídicas reduzida apenas ao “direito civil para o rico e o direito penal para o pobre”. E, na esperança de que a Universidade do Distrito Federal preencha o verdadeiro conceito de Universidade, reafirma Josué de Castro — “Faltam entre nós universidades que sejam campos de estudo de todos os nossos problemas vitais e que estimulem o culto pela investigação com um verdadeiro amor às especulações filosóficas”.

Mas, isso não é cousa de se espantar neste país. Somos a nação do paradoxo, da anti-lógica, do irracionalismo, temos um clima magnífico para que o impossível aconteça.

Por vocação e tradição somos um povo doente e analfabeto, tendo esta grande verdade suscitado a definição que desagradou a muitos: o Brasil é um vasto hospital de ignorantes. E no entanto, ainda mantemos conjugada essa figura estranha, de duas cabeças, a que se convencionou chamar de “Ministério de Educação e Saúde”, para que esse híbrido quase mitológico continue a gestar e abandonar mais doentes e mais analfabetos.

Além de sermos um povo doente e analfabeto, somos também um povo tradicionalmente pacato e amigo da paz. Acontece, porém, que os serviços públicos de

saúde e educação estão agrupados em um só ministério, e as armas militares desmembradas em Ministérios da Guerra, Marinha e Aeronáutica. O Ministério de Educação e Saúde gastará, este ano, com o povo doente e analfabeto Cr\$ 3.714.037.710,00; os ministérios militares gastarão com o povo pacato e amigo da paz Cr\$ 9.421.638.013,00 (Orçamento da República para 1953 — Lei n. 1757 de 10-12-52 — Diário Oficial n. 289 de 13-12-52).

Sem o necessário aumento de verbas no orçamento, sem o idôneo emprego das verbas existentes (Anualmente a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino — art. 169 da Constituição de 46); com o salário de fome que se paga aos professores, principalmente aos que ministram a educação primária — nada, ou quase nada, poderá ser feito de realmente proveitoso no setor da educação. Todos estes problemas nos fazem lembrar a atualidade dos famosos pareceres de Ruy, na oportunidade das reformas do ensino primário, secundário e superior em 1882 e 1883, quando afirmava que “estas espécies de reformas, mormente entre nós, onde por assim dizer, tudo está por fundar, não se leva a efeito sem consideráveis sacrifícios pecuniários, ante os quais nenhum povo civilizado recua”.

Depois de anotarmos estes traços que esboçam, hoje, a questão do ensino no Brasil, podemos afirmar que as palavras de Ruy se adaptam perfeitamente à nossa situação atual, pois o quadro de nossa educação é aproximadamente o mesmo — “Mas a verdade — desagrada a quem desagradar — é que o ensino público está à orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada; é que há decadência em vez de progresso; é que somos um povo de analfabetos; é que a massa dêles, se decresce, é numa proporção desesperadoramente lenta; é que a instrução acadêmica está infinitamente longe do nível científico dessa idade; é que a instrução secundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para o receber”.

SOMENTE TRES CONSEQUENCIAS DO ANALFABETISMO

Todo mundo sabe que as
verdades mais elementares se
perdem a miude de vista ou
permanecem sem ser aplica-
das.

JHERING

- 2 — Não educamos, por carecermos de dinheiro;
- 3 — Não dispomos de dinheiro, porque não produzimos.

Daí concluirmos que o primeiro passo para a nossa emancipação econômica é a educação. Educar para poder produzir, pois a produção, como demonstrou Ruy “é um efeito de inteligência: está por toda a superfície do globo, na razão direta da educação popular”.

Educar, também em nome da terra e do homem. A advertência de Alberto Torres ainda está de pé: “povoar o nosso território sem educar o homem para a produção econômica e sem organizar o trabalho, o que importaria em roubar à terra e causar mal ao homem”.

RIO GRANDE DO
NORTE - TRAÇOS

Só o essencial — a terra e
as águas — é que fica.
GOETH

V — O Ato Adicional de 1834 descentralizou a educação no Brasil, transferindo às Províncias a alçada de legislar sobre instrução pública. Com esta determinação, ainda cedo demais para a nossa estruturação política e nível intelectual, “ficava eliminada a possibilidade de se conferir uma estrutura orgânica e unitária ao sistema educacional em formação”, como escreveu judiciosamente Teobaldo Miranda Santos. As Constituições brasileiras acataram o princípio da descentralização do ensino e a Carta Magna de 46 assegura em seu artigo 171: “os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino”. A situação da educação no Rio Grande do Norte é simplesmente deploável — 66,95% da população mergulhada irremediavelmente no analfabetismo, não sabe ler nem escrever; mais triste ainda é a situação do ensino no quadro rural: se 114.628 pessoas maiores de 5 anos são alfabetizadas, a grande maioria de 471.628 pessoas não sabem assinar o próprio nome.

Aquí, também, não há motivos para grandes esperanças. Somente armado de microscópio pode o observador apreciar o progresso (se se pode chamar progresso) do ensino no Rio Grande do Norte; a grande massa de analfabetos decresce numa lentidão criminosa e prejudicial aos serviços públicos e bem estar do povo — de 1940 a 1950 a população neste Estado da Federação teve um incremento de 26,03%, enquanto que o incremento da educação no mesmo período foi de 1,73%!!

Repetimos: Como se pode evitar o êxodo das populações rurais, aumentar a produção, conseguir a independência econômica, melhorar o nível de vida do povo com reformas urgentemente necessárias e justas — se se relega para um plano secundário a educação? Chegámos ao ponto de não considerar a Constituição, quando determina que se desenvolva o ensino e que o amparo à cultura é dever do Estado.

Mas, aquí, os homens estão trabalhando, estão em experimentações para a formação de uma estranha ci-

vilização: a Civilização do Homem Ignorante. Do contrário, não se justifica, que o segundo município do Estado, em população — Santa Cruz — tenha 5.991 habitantes, que sabem ler e escrever, para 29.615 analfabetos; que o município de Macaíba, a poucos minutos da Capital, apresente nos seus quadros a triste estatística de 4.706 alfabetizados para 28.160 ignorantes; que o município de São José de Mipibú — um dos mais próximos de Natal — nos mostre o alarmante índice de 3.642 pessoas que sabem assinar o nome e 25.221 analfabetas; que em todo o interior do Estado do Rio Grande do Norte, apenas cinco municípios tenham ginásios. E não é preciso irmos ao interior para encontrar o analfabetismo — em Natal, aqui na Capital do Estado, 38.263 habitantes não sabem ler nem escrever.

Consideremos, ainda, que estas estatísticas — frias e tristes — não são de época do Descobrimento, nem do Império, e sim do último recenseamento geral do Brasil, em 1º de julho de 1950.

Igualmente desesperadora e revoltante é a situação do ensino secundário — em todo o Estado do Rio Grande do Norte, em apenas um estabelecimento de ensino — O Colégio Estadual — pode o rapaz estudante completar o curso secundário; somente no velho “Ateneu” o estudante norte-riograndense pode matricular-se nos cursos científico e clássico.

E para essa pequena minoria que consegue um certificado de conclusão do Curso Colegial, quais as perspectivas que se lhe deparam? Apenas a inexistência do Ensino Universitário. Excetuando a Faculdade de Farmácia e Odontologia que heróicamente procura sobreviver, mesmo sem aparelhamento nem ambiente — onde o ensino superior?

A natimorta Faculdade de Direito de Natal, cuja única função, até hoje, tem sido figurar no orçamento do Estado, continua a obrigar cerca de 60 colegas a fazerem as provas do curso jurídico em Maceió. E a Faculdade de Ciências Econômicas contentou-se com os alicerces e alguns palmos de parede de um novo edifício.

Quanto às outras faculdades, não se fala, não se comenta nem em voz baixa, para não acordar os poderes públicos — legítimos e modernos epígonos da Bela Adormecida.

Enquanto o Estado não mudar de orientação, em sua política educacional, está, certamente, fazendo um mau negócio. Apesar das suas grandes deficiências, consegue educar, no curso secundário, algumas centenas de moços; no entanto, o abandono em que os deixa, com a inexistência do ensino universitário, obriga-os a procurar a continuação dos estudos fora do Estado. Aí, para estudar e se manter, são obrigados a arranjar um emprego; mais tarde se casam; terminam se radicando fora do Rio Grande do Norte.

E, na oportunidade em que o homem começa a ser verdadeiramente útil ao povo e ao Estado, quando os frutos do seu estudo e esforço intelectual começam a realizar-se em concretizações de trabalho, ele não está presente no meio de seu povo nem de sua gente. O inicial esforço dos poderes públicos em sua educação não trouxe nenhum benefício para o povo, nem para o Rio Grande do Norte.

Considerem as autoridades competentes, que essa é uma política educacional errada e está acarretando o extermínio das futuras elites intelectuais do Estado. Se assim persistirem em seus propósitos, dentro de muito breve só poderão contar com ignorantes e semi-ignorantes.

Não sabemos aonde nos levará, a todos, essa crise de competência de responsabilidade. Certamente, esta é a 25ª hora de que nos fala Gheorghiu; apenas os últimos coelhos brancos são sobreviventes da experiência; o fim se aproxima; os homens falharam; apelemos mais uma vez para Deus.

CONCLUSÃO

Não deixem morrer o ho-
mem novo.

citação de
Katherine Mansfield

O homem moderno tem sido forjado numa educação principalmente unilateral — o intelectualismo livresco, o cientificismo sem meta, o pragmatismo técnico, o nacionalismo estreito; enfim, o Ocidente na rota de um individualismo imoral e o Oriente no rumo de um socialismo totalitário.

Dessa visão única nasceu a grande incompreensão humana, que é a constante no mundo de hoje.

E o homem novo tende a morrer.

O homem que ainda não viveu verdadeiramente, que ainda vai construir o seu tempo e o seu espaço — se não se reformarem as bases da educação — morrerá em si mesmo e trará em seu íntimo as alienações de que fala Fulton Sheen: o homem separado de si mesmo, de seu próximo e de Deus.

Na educação está a vida do homem novo.

Educar o homem na carta de ABC e nas quatro operações; no manejo do arado; na máquina e na chaminé das cidades; nas letras e nas ciências das escolas. Educar o homem no conhecimento de si mesmo e de seus semelhantes; educar para Deus e para a Paz.

Colega Presidente

Colegas Congressistas:

Ouvido este plenário, que a Associação Potiguar de Estudantes, promotora deste conclave, faça saber ao Senhor Presidente da República, Senhor Ministro da Educação, Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Senhor Diretor do Departamento de Educação deste Estado e demais autoridades competentes, que os estudantes potiguares reunidos em seu I CONGRESSO ESTADUAL, afirmam e lutam pelos seguintes princípios:

1 — CRIAR UMA AMBIÊNCIA NO LAR QUE POSSIBILITE A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR;

2 — AUMENTAR O NÚMERO DE ESCOLAS PRIMÁRIAS GRATUITAS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL;

3 — INCENTIVAR E DESENVOLVER O ENSINO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL NO BRASIL;

- 4 — REFORMAR O ENSINO SECUNDARIO;
- 5 — DESMEMBRAR O MINISTERIO DE EDUCACÃO E SAUDE;
- 6 — DESENVOLVER O ENSINO SECUNDARIO NO RIO GRANDE DO NORTE, PRINCIPALMENTE NO QUE SE REFERE AO CURSO COLEGIAL;
- 7 — CRIAR, O MAIS BREVE POSSIVEL, O ENSINO UNIVERSITARIO EM NOSSA TERRA — E PROMOVER O IMEDIATO FUNCIONAMENTO DA FACULDADE DE DIREITO DE NATAL.

(1) Ultimas estatísticas divulgadas pelo Ministério de Educação e Saúde.

BIBLIOGRAFIA

- TEOBALDO MIRANDA SANTOS — “Noções de História da Educação”
- FLAMINIO FAVERO — “A Educação do Ponto de Vista Social”
- NOEMIA NASCIMENTO GALVÃO — “Moral e Família”
- JOSUÉ DE CASTRO — “Documentário do Nordeste”
- ALVARO DE OLIVEIRA MACHADO — “A Educação Profissional do Ponto de Vista da Agricultura”
- ALFREDO CECILIO LOPES — “A Educação Político-Partidária”
- MINISTERIO DE EDUCACÃO E SAUDE — “Diretrizes e bases da Educação Nacional”
- CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS
- CODIGO PENAL BRASILEIRO
- I. B. G. E. — Recenseamento Geral do Brasil — 1950
- DIARIO OFICIAL DA REPUBLICA
- DIARIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE